

Quem pode traduzir Amanda Gorman? Um estudo sobre possíveis desenvolvimentos em “políticas de tradução”

Alice Soldan Rezende¹

Universidade Federal de Santa Catarina

Resumo: O presente artigo buscou investigar desenvolvimentos na “categoria” acadêmica, definida por Holmes em seu manifesto de 1972, *The Name and Nature of Translation Studies*, como “Políticas de Tradução”. Para isso, propôs a análise de uma polêmica editorial internacional que teve início em janeiro de 2021 sobre traduções do poema *The Hill We Climb*, de Amanda Gorman. Em específico, procurou-se examinar a questão da “representação”, central à polêmica, sob o prisma de duas perspectivas dos Estudos de Tradução: a “Teoria dos Polissistemas” e os estudos “pós-coloniais” de tradução, nestes últimos inclusive uma abordagem desconstrutivista. Como resultados da pesquisa, notou-se o caráter incompleto da abordagem polissistêmica sobre a questão, tendo em vista suas pressuposições de “objetividade” e de “neutralidade”. Uma “extensão” dessa abordagem permitiu considerar o inserimento e participação do mundo editorial em dinâmicas políticas e ideológicas internacionais. De uma perspectiva desconstrutiva e pós-colonial, notou-se o caráter político do questionamento acerca da noção de “representação”. Assim, foi estabelecido um diálogo com a categoria das “políticas de tradução” de Holmes, abrindo possibilidades de respostas (práticas, ou “aplicadas”) à questão central do artigo. Por fim, observou-se “soluções” já oferecidas à controvérsia por editoras de diversos países: entre elas notou-se, mais de uma vez, o recurso à tradução colaborativa.

Palavras-Chave: Políticas de Tradução; James Holmes; Amanda Gorman; Teoria dos Polissistemas; Estudos pós-coloniais; Representação.

Who can/should translate Amanda Gorman? A study on potential developments within the subfield of “translation policy”

Abstract: This article attempts to investigate developments in the academic field which Holmes named, in his 1972 manifest *The Name and Nature of Translation Studies*, “Translation Policy”. To do so, it brings to discussion a controversy which recently permeated the editorial world, concerning international translations of the poem *The Hill We Climb*, written and declaimed by Amanda Gorman in January 2021. The article analyses the controversy’s central issue of “representation”, adopting two different viewpoints: firstly, the “Polysystem Theory”, and secondly, “post-colonial translation studies”, including within the latter a deconstructivist approach. The “Polysystem Theory”’s philosophical premisses of “objectivity” and “neutrality” were found to allow only an incomplete approach to the issue of “representation”. An “extension” of this approach sought to consider the editorial world’s inclusion and participation in international political and ideological dynamics. The post-colonial viewpoint allowed a political questioning of the notion of “representation” – an aspect which converses with Holmes “Translation Policy” field –, delineating possible “practical” or “applied” answers to the controversy’s central issue. Finally, among editorial houses’ own “solutions” to the issue, more than once was noted the use of collaborative translation.

Keywords: Translation Policy; James Homes; Amanda Gorman; Polysystem Theory; Post-colonial studies; Representation.

¹ Graduada em Língua, Literatura e Civilização do Mundo Anglófono pela *Université Toulouse II - Jean Jaurès*. Estudante de pós-graduação (mestrado) em Estudos de Tradução, na Universidade Federal de Santa Catarina. Endereço eletrônico: alice.soldan@hotmail.com.

Introdução: o projeto (utópico) de James Holmes

A noção de “estudos aplicados de tradução” foi proposta em 1972 por James Holmes, em seu manifesto *The Name and Nature of Translation Studies*. Este texto foi caracterizado por muitos – por ele incluso – como uma utopia da disciplina acadêmica, então nascente, dos Estudos de Tradução. Nele, Holmes define os horizontes da disciplina, através da delimitação de diversas categorias epistemológicas, dentre as quais podemos destacar três gerais: os “estudos descritivos de tradução”, os “estudos teóricos de tradução” e os “estudos aplicados de tradução”. Enquanto os dois primeiros constituem o que o autor denomina estudos “puros” de tradução, quais sejam, pesquisas cujo interesse concerne somente ao seu próprio campo, o terceiro engloba estudos que concernem também a outros campos, como os do ensino de línguas estrangeiras, da lexicografia, da crítica de traduções, da formação de tradutores e das “políticas de tradução”.²

As categorias de Holmes, no entanto, não são herméticas. O autor explica que, se a disciplina quiser “crescer e florescer”, todas elas precisam andar em conjunto, e receber em paralelo a atenção dos estudiosos, ainda que alguns momentos nos levem a nos concentrarmos mais em algumas do que em outras (HOLMES, 2000, p. 183). Esta delimitação aparentemente rígida se explica, pelo menos em parte, pelo desejo do autor de afirmar o campo dos Estudos da Tradução como uma verdadeira disciplina acadêmica, com todas suas subdivisões. Holmes procede, assim, da forma comum ao campo epistemológico e à ciência de um modo geral. No manifesto, cita o crítico da ciência W.O Hagstrom:

Como indicou W.O Hagstrom, essas duas etapas, quais sejam, o estabelecimento de canais de comunicação e o desenvolvimento de uma utopia da disciplina, “permitem que cientistas se identifiquem com a disciplina emergente e reivindiquem a legitimidade de seus pontos de vista, ao recorrerem a órgãos universitários ou a grupos na sociedade.” (HOLMES, 2000, tradução nossa)³

O projeto é, de fato, utópico – pois a própria ideia de se formular uma “teoria geral da tradução”, um dos objetivos da categoria “estudos teóricos da tradução”, é em si contraditória. Estudos ocidentais realizados sobre a tradução têm nos mostrado, por exemplo,

² Tradução nossa. No original, consta, respectivamente, “descriptive translation studies”, “theoretical translation studies”, “pure translation studies”, “applied translation studies” e “translation policy” (HOLMES, 2000, p. 176 e 181-182).

³ “As W.O. Hagstrom has indicated, these two steps, the establishment of communication channels and the development of a disciplinary utopia, “make it possible for scientists to identify with the emerging discipline and to claim legitimacy for their point of view when appealing to university bodies or groups in the larger society.”

com pensadores românticos alemães como Schlegel (2010), e com estudiosos mais recentes, como Berman (2013), Arrojo (2000) e Steiner (2005), que este objeto de estudo escapa de qualquer “teoria” geral e unificante – da mesma forma em que a literatura escapa de uma teoria geral da literatura, revelando-nos apenas diversas teorias, reflexões críticas e opiniões de “senso comum”, que se contradizem e se complementam:

Isto quer dizer primeiramente que a ambição da tradutologia, se não é a de estruturar uma teoria geral da tradução (ao contrário, ela demonstraria antes que tal teoria não pode existir, pois que o espaço da tradução é babélico, isto é, recusa qualquer totalização), é, no entanto, a de meditar sobre a totalidade das “formas” existentes da tradução. (BERMAN, 2013, p. 28)

A procura por uma definição satisfatória de “tradução” não somente se baseia sempre em exemplos, como também permite e exige uma busca por definições mais precisas de outros conceitos, que não fomos capazes de obter de forma satisfatória – senão, apenas, por aproximações –, como os de “linguagem”, “cultura” e “literatura”. Compagnon (1999), por exemplo, nos lembra o caráter essencialmente problemático e aporético de uma “teoria” geral sobre literatura, e descreve-a como uma “caça” “cética”, caracterizada pela crítica e pela “metacrítica” constantes: “a teoria é uma escola de ironia”, diz (p.25). Vale o mesmo para a tradução.

Os escritos do filólogo alemão Schleiermacher (2010) nos legaram uma visão precisa da tradução pela ótica da linguagem. Suas reflexões a respeito de fenômenos como a escrita, a linguagem e a tradução eram bastante pertinentes em sua época, e continuam a sê-lo em nossos dias. Hoje, Schleiermacher é acusado de oferecer uma perspectiva “linguística demais” da tradução – no entanto, ele não separava a linguagem do pensamento do indivíduo e, por extensão, do que chamamos hoje de “cultura”: o universo onde este indivíduo se encontra. Segundo Snell-Hornby (2012), uma leitura atenta das ideias de Schleiermacher e de sua “hermenêutica” pode nos permitir abrir novas perspectivas em Estudos de Tradução.

Do início do século XIX ao final do século XX, grandes mudanças e aportes teóricos fizeram com que reflexões sobre a tradução se nutrissem de desenvolvimentos de outras áreas teóricas que não a filologia. Na Europa, os contextos do Iluminismo, do romantismo, dos desejos de unificação nacional combinados a um cosmopolitismo europeu idealista foram substituídos pelo contexto da Primeira Guerra mundial, do pós-guerra, da Segunda Guerra mundial, do pós-segunda-guerra, da Guerra Fria. A colonização do mundo não-europeu foi seguida por sua gradual descolonização, e pelas tensões subjacentes, que permaneceram no mundo pós-colonial.

Entre os estudos linguísticos, literários e sociológicos que, ao longo do século XX, se voltaram para a tradução, houve o formalismo russo com suas vertentes posteriores, o *New Criticism* americano, a “Teoria dos Polissistemas”, os estudos holandeses e belgas de tradução, os estudos “funcionalistas” de tradução, a “desconstrução”, os estudos feministas (SIMON, 1996) e os estudos pós-coloniais de tradução. A partir de uma perspectiva de “evolução” um tanto enviesada (pois sou uma estudiosa-aprendiz de tradução do século XXI, que considera os aportes da “desconstrução” à área), pode-se observar que as reflexões que esses estudos propuseram contribuíram primeiro para um enfoque maior sobre o contexto histórico-cultural do “texto-alvo”, em seguida sobre a subjetividade do leitor, para enfim redefinir o próprio conceito de “leitura” – passando esta última a ser considerada, por alguns estudiosos, também como uma “tradução” de um texto. As traduções, de seu lado, deixaram de ser vistas como transferências “transparentes” e “objetivas” de significado de uma língua para outra, intocadas pela subjetividade e pela interpretação do tradutor.

Assim, após o assassinato do “autor” por Barthes, foi colocado pela primeira vez o “leitor” – a que Barthes se referia como “escritor” (BARTHES, 2004) – no centro das questões de sentido, interpretação e intenção, que há muito assombravam e estimulavam a linguística e a literatura (COMPAGNON, 1999). Derrida, de seu lado, trouxe nossa atenção para o jogo infinito de “*différance*” dos sentidos de um texto e, na esteira de Foucault e Heidegger, para a importância do “não dito” (CEIA, 2009; GENTZLER, 2009).

1. As “políticas de tradução” segundo Toury e a Teoria dos Polissistemas

Embora haja incompatibilidades entre as duas, talvez seja interessante investigar os pontos em que a “desconstrução” de Derrida dialoga com a “Teoria dos Polissistemas”. Para alguns estudiosos da tradução de hoje (2021), a perspectiva des-constructivista é considerada como um “avanço” sobre esta última (GENTZLER, 2009). Desenvolvida por Zohar e “estendida” por Toury, a Teoria dos Polissistemas se inspirou de conceitos de “função”, “inovação” e “sistema” do formalista russo Tynjanov, e propôs enxergar traduções como elementos dentro de um “polissistema” maior – primeiro, com Zohar, literário, e em seguida, com Toury, cultural (BAKER e MALMKJAER, 2001; GENTZLER, 2009). Tanto o texto de chegada, quanto o texto de partida, são, assim, considerados em relações dialógicas com outros sistemas e subsistemas em suas respectivas sociedades, sendo, deste modo, influenciadores de e influenciados por mudanças literárias, históricas e culturais.

Gentzler (2009) explica que, para Toury, uma das funções dos Estudos de Tradução seria descobrir “padrões comportamentais” e delimitar as normas que regem as relações entre as traduções e seus respectivos polissistemas. Após a “norma inicial”, que define se o texto-alvo tenderá à “aceitabilidade” na cultura-alvo, ou à “adequação” ao texto e cultura-fonte (TOURY, 1995, p. 56-57, tradução nossa)⁴, viriam as “normas preliminares”, que “envolvem fatores, tais como aqueles que regulam a *escolha da obra* e a *estratégia geral* de tradução em um polissistema” e determinam uma série de outras decisões envolvendo o processo de tradução (GENTZLER, 2009, p. 163).

Assim, antes de descrevermos o contexto cultural que envolve determinada tradução, Toury afirma a necessidade de nos perguntarmos qual seria a “política de tradução” da cultura-alvo, que ele define da seguinte forma:

Política de tradução refere-se àqueles fatores que governam a escolha de tipos textuais, ou de textos individuais, a serem importados através da tradução para uma cultura/língua específica em um determinado ponto no tempo. Assume-se que tal política exista porquanto a escolha for definida como não-aleatória. Diferentes políticas podem, é claro, aplicar-se a diferentes subgrupos, tanto em termos de tipos textuais (por ex., literário vs. não-literário), como em termos de agentes humanos e seus grupos (por ex., diferentes editoras), e a interface entre os dois com frequência oferece terrenos bastante férteis para uma procura de políticas. (TOURY, 1995, tradução minha)⁵

Lefevere se inspirou da ideia de Toury de que o polissistema literário do contexto de chegada e suas dinâmicas internas influenciam as escolhas tradutórias responsáveis pelo “texto-alvo”. E foi além: para Lefevere (1981), segundo Gentzler (2009, p. 172), “os sistemas literários não ocorrem em um vácuo”, não podendo, assim, ser separados de outros sistemas. Influenciado por Pavel Medvedev, ele se dedicou a estudar as pressões ideológicas que se exercem sobre os tradutores. É interessante notar que Lefevere, citando Eagleton (1985), definiu “ideologia” de uma forma linguística, como:

Um conjunto de *discursos* que disputam por interesses que, de alguma forma, são relevantes para a manutenção ou interrogação de estruturas

⁴ No original consta, respectivamente, “initial norm”, “acceptability” e “adequacy”.

⁵ “Translation policy refers to those factors that govern the choice of text-types, or even of individual texts, to be imported through translation into a particular culture/language at a particular point in time. Such a policy will be said to exist inasmuch as the choice is found to be nonrandom. Different policies may of course apply to different subgroups, in terms of either text-types (e.g., literary vs. non-literary) or human agents and groups thereof (e.g., different publishing houses), and the interface between the two often offers very fertile grounds for policy hunting.”

de poder vitais para toda uma forma de vida social e histórica. (LEFEVERE, 1988, *apud* GENTZLER, 2009, p. 173, grifo nosso)

2. As “políticas de tradução” segundo os estudos pós-coloniais de literatura e de tradução

De acordo com Gentzler (2009), Niranjana, estudiosa pós-colonial, criticou Toury e os teóricos dos polissistemas por sua falha em notar o quanto o texto-alvo influencia não só a cultura-alvo, como também a cultura-fonte, seus sistemas linguístico e cultural. A forma na qual textos de antigas colônias são traduzidos por tradutores de culturas antigamente colonizadoras contribuiria, assim, para reforçar visões e estereótipos coloniais, algo que afeta tanto o imaginário da cultura-alvo, quanto as noções de “identidade” (GENTZLER, 2009, p. 218) de pessoas da própria cultura-fonte (antes colonizada), reforçando dinâmicas de poder entre elas. Assim, segundo Gentzler, Niranjana defende que:

A intertextualidade das traduções, a natureza canônica de certas traduções que participam das práticas coloniais, tais como a educação, o empréstimo de ideias e valores europeus por meio das traduções são algumas das questões maiores que não estão incluídas nos modelos de Toury e Lambert para descrever tradução. (GENTZLER, 2009, p. 219)

Niranjana associou essas questões à “desconstrução”. Gentzler (2009) explica que, para a autora, essas dinâmicas de poder são perpetuadas por uma tradição de “conceitos filosóficos metafísicos” (p. 222) ocidentais, como “verdade, significado, presença, *logos* e *telos*” (p. 220), que estariam por trás da associação da tradução a ideais de “transparência”, “objetividade” e fidelidade. Segundo essa perspectiva ocidental, a tradução é vista como a “representação” de uma “fonte” original, “pura” e “unificada de significado na história” (GENTZLER, 2009, p. 220). Na esteira de Derrida e de Walter Benjamin, a autora defende que a origem da tradução não é “pura”, e sim “heterogênea”, já apresentando em si essas dinâmicas e fragmentações (NIRANJANA, 1992, *apud* GENTZLER, 2009, p. 220).

Dessa forma, Niranjana adota o pensamento desconstrutivista, dentro de uma perspectiva política e pós-colonial. Sua proposta, assim como a de Spivak e de outros tradutores e tradutoras pós-coloniais, é deixar que certas características da língua, como sua “indeterminação” (GENTZLER, 2009), seu aspecto “instável” e “convencional” (MARTINS, 2005) se tornem visíveis em suas traduções, para que não se apaguem as “diferenças” entre as culturas, e que não corramos o risco de moldar uma cultura segundo as pressuposições conceituais da outra.

3. As “políticas de tradução” segundo o manifesto de James Holmes

Retornamos, desse modo, à área denominada por Holmes, em 1972, “estudos aplicados de tradução” – a categoria que, segundo ele, se ocupa de também de interesses externos ao campo acadêmico dos Estudos de Tradução (HOLMES, 2000). Como vimos, todas as categorias se mesclam: ao se investigar o lugar que a tradução ocupa nos movimentos literários, culturais, políticos e ideológicos de determinadas sociedades (o que faria parte dos estudos “puros”, “descritivos” de tradução orientados para o a “função” do texto de chegada)⁶, inevitavelmente abordamos questões práticas ou “aplicadas”, tais como as “políticas de traduções”.

Proponho, no presente artigo, investigar sobre essa última “área”, que Holmes definiu do seguinte modo, na subparte “Translation policy” de seu manifesto:

A tarefa do estudioso de tradução, nesta área, é a de fornecer aconselhamento profissional que permita definir o lugar e o papel de tradutores, da tradução e de traduções na sociedade em geral: são questões como determinar as obras que necessitam ser traduzidas em uma determinada situação sociocultural, qual é e qual deve ser a posição social e econômica do tradutor concernido, e [...] qual deve ser o papel da tradução no ensino-aprendizado de línguas estrangeiras. (HOLMES, 2000, p. 182, tradução nossa)⁷

A tradução, aqui, portanto, não concerne apenas a textos, escritos ou orais, traduzidos. Ela concerne também às decisões, editoriais ou outras, feitas em torno da tradução – uma vez que esta ocupa um lugar dentro do sistema literário e, de um modo mais amplo, dentro do sistema cultural, e da “ideologia” (GENTZLER, 2009) dominante em determinada sociedade e em determinada época.

Abordarei, em seguida, um acontecimento do início de 2021, que fez do escondido mundo editorial da tradução um cenário de controvérsia internacional, envolvendo uma discussão acerca da complexa noção de “representação”. Na parte seguinte do artigo, trago uma análise da questão a partir de duas perspectivas teóricas descritas acima, para, em uma parte final, concluir com possíveis desenvolvimentos na categoria de “políticas de tradução”, observando soluções práticas encontradas por editoras de diversos países à questão.

⁶ No original, consta “Function-oriented DTS” como uma subparte de “Descriptive Translation Studies” (HOLMES, 2000, p. 177).

⁷ “The task of the translation scholar in this area is to render informed advice to others in defining the place and role of translators, translating, and translations in society at large: such questions, for instance, as determining what works need to be translated in a given socio-cultural situation, what the social and economic position of the translator is and should be, or [...] what part translating should play in the teaching and learning of foreign languages.”

4. Uma controvérsia recente sobre a “representação” em tradução

O “caso” de Amanda Gorman foi, segundo a revista *Los Angeles Times* (2021), uma das poucas vezes em que o escondido mundo editorial da tradução atraiu tanta atenção ao redor do globo. Despertou o interesse de tradutores, profissionais da linguagem, professores da UFSC, estudiosos, leigos e, certamente, também o meu. O problema central da polêmica se resume à pergunta: “Quem pode traduzir Amanda Gorman?”.

A jovem poetisa americana havia sido selecionada para escrever um poema relacionado à temática “America United”, e recitá-lo na ocasião da cerimônia de posse do presidente americano Joe Biden, em 20 de janeiro de 2021. A recitação do poema foi divulgada ao vivo em diversas partes do mundo. Provocou, em seguida, uma onda de traduções em diversos países, inclusive no Brasil e em países europeus. Mas o que causou incessantes repercussões na mídia não foram tanto sua beleza ou sua relevância – foram as posturas adotadas, ao redor do mundo, por editoras, tradutores e leigos, concernindo à tradução do poema nestes diversos países.

De acordo com as revistas *Exame* (2021) e *Los Angeles Times* (2021), a editora catalã, *Univers*, em consórcio com a editora de Gorman, *Viking Books*, recusou a tradução de *The Hill We Climb* feita pelo tradutor espanhol Victor Obiols. Sua justificativa era a de que ele não se encaixava no “perfil” exigido para se traduzir essa obra específica da poetisa. Em outras palavras, porque era um homem menos jovem e branco – uma vez que Gorman é uma mulher jovem e negra. A reação de inúmeros profissionais, aprendizes da área e leigos, ao aprenderem a notícia, foi de se perguntar o que isto pode significar para a tradução (PINEDA, 2021). Uma mulher do século XXI não poderia, por exemplo, traduzir Proust ou Edgar Allan Poe para o português, porque não partilha do mesmo “perfil” sociocultural que eles?

Na Holanda, a escritora e poetisa branca Marieke Lucas Rijneveld, escolhida pela editora *Meulenhoff* e receptora do aval de Gorman, já havia se recusado a traduzir a obra (AFP, 2021). De acordo com Alter (2021), isso se deveu, em parte, à pressão da ativista Janice Deul, e de um número importante de pessoas na mídia. Os argumentos destes eram de que, em primeiro lugar, a tradutora escolhida não era tradutora profissional; e em segundo lugar, que grupos de artistas afro-holandeses que trabalham no estilo de poesia *spoken word* (usado por Gorman em seu poema) – e, também, em outros estilos e áreas – não recebem em seu país a atenção que merecem, devido à discriminação “racial”⁸ pre-

⁸ Embora o conceito de “raça” tenha se mostrado, na biologia e na história da humanidade, impróprio e cruelmente nocivo, ainda tem sua utilidade enquanto conceito social. Optei, assim, por me referir a esse

sente na sociedade holandesa. Sendo assim, de acordo com a opinião da mídia, artistas afro-holandeses de *spoken word* deveriam “representar” melhor Gorman e seu poema que a tradutora originalmente escolhida, visto que uma das temáticas do poema, e talvez a principal, é a da discriminação racial nos EUA.

5. A “representação” de Gorman e seu poema, de uma perspectiva polissistêmica

Ora, estudiosos da tradução não podem evitar a seguinte pergunta: o que significa, aqui, o verbo “representar”? Se tentarmos uma definição da perspectiva da “Teoria dos Polissistemas” de Toury e Zohar, uma “representação” seria um “texto-alvo”, formado a partir do poema de Gorman, inserido nos diferentes polissistemas da sociedade-alvo. A abordagem polissistêmica de Toury se utiliza do conceito de “equivalência”, destituindo-o de seu caráter “anistórico” e “prescritivo”, tornando-o “histórico” e determinado por “normas” – definindo-o, assim, como “qualquer relação que se tenha descoberto caracterizar a tradução dentro de um conjunto especificado de circunstâncias” (TOURY, 1995, tradução nossa)⁹. A seguinte pergunta surge então: uma vez escolhida, como o queria Janice Deul, uma poetisa afro-holandesa de *spoken word* para escrever esse texto-alvo, que normas determinariam essa equivalência?

Nos EUA, a discriminação racial contra pessoas negras tem natureza e mecanismos diferentes dos que estão em jogo na Holanda. Nos EUA, perdurou por muitos séculos a noção cruel de uma “raça negra inferior”, historicamente sustentada por suas instituições (BERMÚDEZ, 2018). Na Holanda, a discriminação racial em suas diversas formas está intrinsecamente ligada ao nacionalismo, a uma aversão a diferenças culturais e religiosas, e à conseqüente repulsa contra imigrantes e refugiados. Dessa forma, o recente fortalecimento de partidos de extrema direita, como o Partido pela Liberdade abertamente xenófobo e anti-islâmico de Geert Wilders, ou o atual Fórum pela Democracia de Thierry Baudet, a favor do reforço de fronteiras nacionais e do aumento de restrições à imigração, são questões que não podem ser deixadas de lado ao considerarmos essa forma de discriminação na Holanda.

A Holanda vivenciou historicamente a escravidão de pessoas negras, pois foi um país colonizador – a triste história da língua *Afrikaans* o comprova – e que teve um forte passado mercante. Também se relacionou com o *Apartheid* na África do Sul, uma de suas

tipo de desrespeito e violência como uma forma de discriminação “racial”, e usei o adjetivo “negras” para me referir às pessoas que dela sofrem.

⁹ No original consta, respectivamente, “ahistoric”, “prescriptive”, “norms” e “any relation which is found to have characterized translation under a specified set of circumstances.”

antigas colônias (REZENDE, 2021). No entanto, existe uma diferença de natureza e de grau de proximidade na relação da Holanda com essas violências. Nos EUA, por sua vez, também existem o nacionalismo e movimentos de aversão a imigrantes e refugiados (por exemplo, a discriminação contra Japoneses, Chineses, Mexicanos e Cubanos por inúmeros apoiadores de Trump). No entanto, lá estes problemas são paralelos – andam, decerto, em conjunto com a questão da discriminação contra pessoas negras, mas nem de longe abarcam todo esse conflito racial específico dos EUA.

Isto se deve a circunstâncias históricas particulares do país: desde o século XVII, houve a colonização por europeus, em sua grande maioria, brancos, o escravismo de africanos, em sua grande maioria, negros, e que perdurou por muito após a independência dos EUA – tendo sua “abolição” institucional com o fim da guerra de Secessão, ao final do século XIX (BERMÚDEZ, 2018). Em seguida, houve a perpetuação da teoria de uma “raça negra inferior” pelos que temiam a ascensão social dos antigos escravos, e que se revelou com o linchamento destes no Sul, até nas primeiras décadas do século XX; a ressurgência de grupos supremacistas após a primeira Guerra Mundial, tais como a “Ku Klux Klan”; o sistema de segregação social, política e econômica por “cor de pele” que, menos de 60 anos atrás, ainda era sustentado nos EUA – e não apenas no Sul – pelas leis de Jim Crow (BERMÚDEZ, 2018). Nesse sistema institucional, como no *Apartheid* da África do Sul, empregava-se o adjetivo “coloured” como rótulo para desumanizar e negar direitos a quem tivesse cor de pele “preta”, ou qualquer cor de pele de tom mais escuro do que a “branca”.

Podemos dizer, portanto, que o que acontece hoje aos jovens artistas a que a ativista Deul se refere na Holanda “equivale” ao que foi, para Gorman, o assassinato de George Floyd, ou a tomada do Capitólio em janeiro de 2021 por apoiadores de Trump, alguns dos quais carregavam a bandeira da Confederação sulista (ambos elementos que motivaram em parte seu poema)? Se considerássemos que sim, que normas determinariam essa equivalência?

A Teoria dos Polissistemas oferece uma perspectiva incompleta sobre a questão. Pois, sendo supostamente “descritiva” e não “prescritiva” (GENTZLER, 2009), ela não “julga” o quão bem a tradução se adequa ao original – e acaba, dessa forma, estabelecendo uma espécie de “equivalência” arbitrária. Isto acontece, pois ao despreocupar-se com o texto-fonte e seu contexto, essa perspectiva assume silenciosamente o pressuposto de um movimento de comparação “neutro” e “objetivo” entre “texto-fonte” e “texto-alvo” (ver parte 3). Em outras palavras, se esquece das perguntas: “representar o quê, por quem e para quem”?

6. A “representação” de Gorman e seu poema, de uma perspectiva desconstrutivista e pós-colonial

A Teoria dos Polissistemas não admite, como explicou Gentzler (2009, p. 218-219), citando Niranjana (1992), a relação que tem a tradução com dinâmicas de poder existentes, tanto na cultura-alvo, como na cultura-fonte – ignorando, assim, a contribuição de traduções para o reforço dessas dinâmicas e para a construção ou deformação das “identidades” da cultura-alvo e da cultura-fonte.

Como vimos na parte 3, Niranjana questiona a forma como o Ocidente tradicionalmente “representa” outras culturas. Para isso, propõe um questionamento acerca dessa mesma ideia de “representação”, que nos foi herdada pelos filósofos e pela filosofia clássica ocidental, como Platão e sua concepção de linguagem (MARTINS, 2011, p. 461). Gentzler (2009) “traduz” esses questionamentos da seguinte forma:

Como se representa a diferença sem se privilegiar o papel do intelectual ocidental (o tradutor, o etnógrafo, o crítico) ou até do intelectual pós-colonial? Como se pode estender a possibilidade de tradução e de representação e, ao mesmo tempo, questioná-la? (GENTZLER, 2009, p. 222)

Em outras palavras,

Como escrevemos ou representamos outra cultura na nossa língua e em nossos termos sem que esses mesmos termos e conceitos alterem aquilo que está sendo representado? Como as noções conceituais dão cor ao que vemos e relatamos? Como podemos interpretar determinados comportamentos sem recorrer às nossas experiências subjetivas? (GENTZLER, 2009, p. 219)

A escolha do tradutor de Gorman não se dá, como explicou Lefevere a respeito da literatura, em um “vácuo”, mas em uma sociedade (ou em sociedades), sendo assim submetida a uma “ideologia” predominante (*apud* GENTZLER, 2009, p. 172-173). Ao analisarmos, portanto, o problema da “representação” nessa controvérsia, talvez seja interessante considerarmos o contexto político e ideológico maior – digamos, internacional – em que o poema e suas traduções se inserem, enquanto pacientes e agentes.

Basta, para isso, observar um vídeo da recitação do poema durante a cerimônia de posse presidencial. Havia uma tremenda “*mise en scène*”, onde todos estavam vestidos de paletós pretos, exceto por Gorman, que estava vestida de uma roupa colorida. Tanto no palco como na plateia, a grande maioria dos espectadores era branca, com algumas

exceções como Gorman e a vice-presidente de Biden, Kamala Harris. “União” tal seria a palavra-chave do poema – união na diversidade e na adversidade. Lemos essa intenção política, de fato, no poema:

Somehow we've weathered and witnessed
a nation that isn't broken,
but simply unfinished.
We the successors of a country and a time
where a skinny Black girl
descended from slaves and raised by a single mother
can dream of becoming president
only to find herself reciting for one.
And yes we are far from polished.
Far from pristine.
But that doesn't mean we are
striving to form a union that is perfect.
*We are striving to forge our union with purpose,
to compose a country committed to all cultures, colors, characters and
conditions of man.*
And so we lift our gazes not to what stands between us,
but what stands before us.
We close the divide because we know, to put our future first,
we must first put our differences aside (GORMAN, 2021, *apud* PORTERFIELD, 2021, grifo nosso).

Basta, também, lembrarmos que o poema foi preparado especificamente para essa cerimônia, que tinha como temática “America United”, em meio à pandemia de Covid-19, no início de 2021. Foi concluído por Gorman, em parte, como uma resposta à tomada do Capitólio por apoiadores de Trump, em janeiro de 2021 (PORTERFIELD, 2021), que teve repercussões em vários outros países – inclusive em alguns países europeus onde há o crescimento atual da extrema direita. Provocou, em seguida, em diversos países, inclusive nesses europeus, demandas por traduções.



Créditos: PATRICK SEMANSKY. *Poet Amanda Gorman reads at Joe Biden's inauguration on 20 January 2021 in Washington, DC.* 27 janeiro 2021. Disponível em: <<https://www.independent.co.uk/life-style/fashion/amanda-gorman-model-poet-inauguration-biden-b1793308.html>>. Acesso: 27 junho 2021.

7. Um diálogo com as “políticas de tradução” de James Holmes?

Talvez, em uma discussão onde está em jogo o aspecto intrinsecamente “político” da tradução e das concepções a seu respeito, seja interessante que surjam respostas também “políticas” – no sentido de “práticas” ou “aplicadas”. Uma vez que o tema principal do poema de Gorman ultrapassou as fronteiras de sua arte para adquirir a forma de uma luta editorial internacional pela união e pela representatividade, surge aqui a possibilidade de considerarmos uma aplicação do campo que Holmes (2000) chamou, em 1972, “políticas de tradução”:

A tarefa do estudioso de tradução, nesta área, é a de fornecer aconselhamento profissional que permita definir o lugar e o papel de tradutores, da tradução e de traduções na sociedade em geral: são questões como *determinar as obras que necessitam ser traduzidas em uma determinada situação sociocultural, qual é e qual deve ser a posição social e econômica do tradutor concernido*, e [...] qual deve ser o papel da tradução no ensino-aprendizado de línguas estrangeiras. (HOLMES, 2000, p. 182, tradução nossa, grifos nossos)¹⁰

Essa abordagem oferece respostas prescritivas ao problema “Quem pode traduzir Amanda Gorman”, delineando possíveis soluções à questão da “representação”. Segundo ela, trata-se, não de oferecer uma chance a todos os tradutores – que com certeza, já estão em processo de emancipação, como comprova a criação recente do nosso campo acadêmico – mas de nos perguntarmos: “a que tradutores damos essa chance, neste momento específico de nossa(s) história(s)”.

8. Soluções práticas adotadas em diversos países

Mas então, quem, concretamente, já pôde traduzir Amanda Gorman? E o que foi feito quando não havia tradutoras jovens, negras e ativistas disponíveis e interessadas em traduzi-la em determinado país? Ser uma mulher jovem, negra e ativista seria uma condição necessária e suficiente para se traduzir oficialmente *The Hill We Climb*, em qualquer lugar do mundo?

Segundo a revista *Exame* (2021), a encarregada no Brasil foi “a jornalista, poeta e tradutora negra Stephanie Borges”. Já na França, foi escolhida a “cantora belgo-congoleza Lous and the Yakuza”, que “estrei[ou]” no campo da tradução; e na Suécia, o tradutor selecionado foi “o também cantor Jason Diakité, cujo nome artístico é Timbuktu”.

¹⁰ Para ler o original, ver parte 4.

Na Itália, a editora *Garzanti* escolheu, “aparentemente com a aprovação de Amanda Gorman [...], a jovem tradutora branca Francesca Spinelli” (AFP, 2021).

Já na Hungria, uma opção encontrada pela editora *Open Books* foi contratar uma equipe formada de jovens romanis, em uma espécie de “oficina literária” dirigida pela escritora Kriszta Bódis (AFP, 2021) – uma decisão interessante, cujas implicações e repercussões podem ser objeto de outro artigo. A Alemanha, como a Hungria, optou pela tradução colaborativa. Cito, aqui, o trabalho de Chiari (2021) sobre o assunto:

[...] não podemos ignorar situações em que já se chegou a uma solução satisfatória: é o caso, por exemplo, da Alemanha, em que o editor *Hoffmann und Campe* escolheu o caminho da cooperação, selecionando um time de três mulheres, entre elas a ativista Kübra Gümüşay, a jornalista afro alemã Hadija Haruna-Oelker e a especialista em traduções poéticas e afro-americanas Uda Strätling. Simples decisões, que podem servir de modelo para o futuro. (não publicado)¹¹

O jornal austríaco *Der Standard* caracterizou o texto alemão como um “fiasco”, que “maltrata as figuras estilísticas e as imagens fortes” da versão original (AFP, 2021). Seria interessante, talvez, contratar um revisor de estilo que, em colaboração com todos os membros da equipe, se ocupasse dessas questões – uma ideia que também merece novas investigações e discussões.

Conclusão

O artigo buscou examinar possíveis desenvolvimentos no campo de “políticas de tradução”, como foi definido por Holmes em 1972, a partir de uma polêmica editorial recente (2021). O adjetivo “possíveis” implica que o próprio projeto de um tal desenvolvimento é, como o manifesto de Holmes, utópico. No entanto, soluções práticas adotadas por diversas editoras em resposta à questão “Quem pode traduzir Amanda Gorman?” nos revelam múltiplos caminhos concretos nesse campo – incluindo o da tradução colaborativa – que, por sua vez, requerem novas discussões.

¹¹ CHIARI, Irene. Amanda Gorman: The Hill We Climb. Trabalho não publicado, realizado em disciplina de Teorias da Tradução, PGET, UFSC. Disponível em: <<https://documentcloud.adobe.com/link/review?uri=urn:aaid:scds:US:68b95cc0-a4df-4605-ad73-fc5eee0f5923>>. Acesso em: 17 maio 2021.

REFERÊNCIAS

- AFP. Quem deve traduzir Amanda Gorman? Debate agita mundo editorial na Europa. *Exame*. 6 abr. 2021. Disponível em: <<https://exame.com/casual/quem-deve-traduzir-amanda-gorman-debate-agita-mundo-editorial-na-europa/>>. Acesso: 27 junho 2021.
- ALTER, Alexandra. Amanda Gorman Captures the Moment, in Verse. *New York Times*. 19 jan. 2021. Disponível em: <<https://www.nytimes.com/2021/01/19/books/amanda-gorman-inauguration-hill-we-climb.html>>. Acesso: 27 junho 2021.
- ARROJO, Rosemary. *Oficina de Tradução, A teoria na prática*. (4ª ed.). São Paulo: Editora Ática, 2000.
- BAKER, Mona; MALMKJAER, Kirsten (eds.). *Encyclopedia of Translation Studies*. London & New York: Routledge, 2001.
- BARTHES, Roland. A morte do autor. In: BARTHES, Roland. *O rumor da língua*. 2. ed. Tradução de Mario Laranjeira. São Paulo: Martins Fontes, 2004, p.57-64.
- BERMAN, Antoine. *A tradução e a letra ou o albergue do longínquo*. Tradução de Marie-Hélène C. Torres, Mauri Furlan, Andreia Guerini. 2. ed. Tubarão: Copiart; Florianópolis: PGET/UFSC, 2013.
- BERMÚDEZ, Ángel. A história brutal e quase esquecida da era de linchamentos de negros nos EUA. *BBC News Brasil*. 29 abr. 2018. Disponível em: <<https://www.bbc.com/portuguese/internacional-43915363>>. Acesso em: 19 junho 2021.
- CEIA, Carlos. Desconstrução. *E-Dicionário de Termos Literários*. 30 dezembro 2009. Disponível em: <<https://edtl.fcsh.unl.pt/encyclopedia/desconstrucao/>>. Acesso em: 16 maio 2021.
- COMPAGNON, Antoine. *O demônio da teoria: literatura e senso comum*. Tradução de Cleonice Paes Barreto Mourão. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1999. p. 11-60.
- GENTZLER, Edwin. *Teorias contemporâneas da tradução* (2ª ed. rev.). Trad. de Marcos Malvezzi. São Paulo: Madras, 2009.
- HOLMES, James. The Name and Nature of Translation Studies. In: VENUTI, Lawrence. *The Translation Studies Reader*. Advisory ed. Mona Baker. London and New York: Routledge, 2000, cap. 13, p. 172-185.
- MARTINS, Helena. Três caminhos na filosofia da linguagem. In: MUSSALIM, F. & BENTES, A. C. (Orgs.). *Introdução à linguística: fundamentos epistemológicos*. São Paulo: Cortez, 2005, vol. III, p. 439-473.
- PINEDA, Dorany, Amanda Gorman brings the representation debate to the small world of book translation. *Los Angeles Times*. 23 mar. 2021. Disponível em: <<https://www.latimes.com/entertainment-arts/books/story/2021-03-22/amanda-gorman-hill-we-climb-translation-backlash-sparks-controversy>>. Acesso em: 16 maio 2021.
- PORTERFIELD, Carly. Poema inaugural de Amanda Gorman foi inspirado nos motins do Capitólio. *Forbes*. 20 jan. 2021. Disponível em: <<https://forbes.com.br/forbes-mulher/2021/01/poema-inaugural-de-amanda-gorman-foi-inspirado-nos-motins-do-capitolio/>>. Acesso em: 20 maio 2021.
- REZENDE, Milka de Oliveira. Segregação racial. *Brasil Escola*. Disponível em: <<https://brasil.escola.uol.com.br/sociologia/segregacao-racial.htm>>. Acesso em: 20 de junho de 2021.

SCHLEGEL, August Wilhelm von. Sobre a Bhagavad-Gita. In: *Antologia Bilingue, Clássicos da teoria da tradução*. Werner Heidermann, org. 2ª ed. V. 1. Florianópolis: UFSC/Núcleo de Pesquisas em Literatura e Tradução, 2010. p.120-127.

SCHLEIERMACHER, Friedrich Daniel Ernst. Sobre os diferentes métodos de tradução. In: *Antologia Bilingue, Clássicos da teoria da tradução*. Werner Heidermann, org. 2ª ed. V. 1. Florianópolis: UFSC/Núcleo de Pesquisas em Literatura e Tradução, 2010. p. 39-99.

SIMON, Sherry. *Gender in Translation: Cultural Identity and the Politics of Transmission*. London and New York: Routledge, 1996.

SNELL-HORNBY, Mary. A “estrangeirização” de Venuti: o legado de Friedrich Schleiermacher aos Estudos da Tradução? Tradução de Tinka Reichmann e Marcelo Moreira. *Pandaemonium*, São Paulo, v.15, n. 19, p. 185-212, jul. 2012. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/pg/a/S7w-gt6Sx8PsGc9fRL7JWmss/?format=pdf&lang=pt>>. Acesso em: 08 jun. 2021.

STEINER, George. *Depois de Babel: questões de linguagem e tradução*. Tradução de Carlos Alberto Faraco. Curitiba: Editora UFPR, 2005.

TOURY, Gideon. The Nature and Role of Norms in Translation. In: *Descriptive Translation Studies and Beyond*. Amsterdam-Philadelphia: John Benjamins, 1995, p. 53-69.